



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 10 de Março de 2021
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2075



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2399, DE 10 DE MARÇO DE 2021.

"Dispõe sobre o enquadramento do Município de Monte Carmelo na onda roxa, segundo as diretrizes do Plano Minas Consciente, e sobre a adoção de medidas para o enfrentamento à COVID-19 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 86, I, 'i', da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO o Decreto 2256, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Município de Monte Carmelo/MG, em razão de surto da doença respiratória COVID-19, e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2385, de 18 de fevereiro de 2021, que "Reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus [COVID-19]";

CONSIDERANDO que o Município de Monte Carmelo aderiu ao Plano Minas Consciente do Governo do Estado, por meio do Decreto 2307, de 07 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 130, de 03 de março de 2021, instituiu o Protocolo Onda Roxa em Biossegurança Sanitário-Epidemiológico – Onda Roxa – com a finalidade de manter a integridade do Sistema Estadual de Saúde e a interação das redes locais e regionais de assistência à saúde pública, em razão da pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que a Onda Roxa será implementada em qualquer localidade do Estado de Minas Gerais, independente da adesão do Município ao Plano Minas Consciente, cabendo ao Município adotar as providências necessárias para seu cumprimento e de outras práticas, ainda que mais restritivas, identificadas como necessárias ao enfrentamento da pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que a macrorregião Triângulo do Norte regrediu para a onda roxa do Plano Minas Consciente;

CONSIDERANDO o Decreto 2396, de 05 de março de 2021, que dispõe sobre o enquadramento do Município na onda roxa e outras medidas mais restritivas para enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO que as medidas sanitárias deverão ser acompanhadas diariamente, de forma responsável, a fim de monitorar seus efeitos sobre a curva de tendência, observando o impacto das medidas no sistema de saúde;

CONSIDERANDO que as deliberações do Comitê de Enfrentamento à COVID-19, designados pela Portaria nº 10.979, de 12 de fevereiro de 2021, e alterações posteriores, com a finalidade de garantir a participação dos representantes de toda a sociedade no processo de tomada de decisão;

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o enquadramento do Município de

Monte Carmelo na onda roxa, segundo as diretrizes do Plano Minas Consciente do Governo do Estado de Minas Gerais, e sobre a adoção de medidas para enfrentamento à COVID-19, com a finalidade de reduzir os índices de contágio, preservar a vida humana e prevenir os agravos à saúde pública.

Parágrafo único. As medidas previstas neste Decreto vigorarão até 18 de março de 2021, nos termos da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 133, de 07 de março de 2021.

CAPÍTULO II DAS ATIVIDADES SUSPENSAS

Art. 2º Ficam suspensos todos os serviços, comércios, atividades ou empreendimentos, públicos ou privados, que não sejam essenciais, nos termos da Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 130, de 03 de março de 2021.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput não se aplica:

I - às atividades de operacionalização interna dos estabelecimentos comerciais, desde que respeitados os protocolos sanitários dispostos no Plano Minas Consciente;

II - à realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone ou outros instrumentos similares, nem aos serviços de entrega de mercadorias em domicílio ou, no caso de bares, restaurantes e lanchonetes, também para retirada em balcão, vedado o consumo no próprio estabelecimento.

CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS

Art. 3º Durante o enquadramento da Macrorregião Triângulo do Norte na Onda Roxa, somente poderão funcionar as seguintes atividades e serviços, e seus respectivos sistemas logísticos de operação e cadeia de abastecimento e fornecimento:

I - indústria e comércio de fármacos, farmácias, drogarias e óticas;

II - fabricação, montagem e distribuição de materiais clínicos e hospitalares;

III - hipermercados, supermercados, mercados, açougues, peixarias, hortifrutigranjeiros, padarias, quitandas, centros de abastecimento de alimentos, lojas de conveniência, lanchonetes, de água mineral e de alimentos para animais;

IV - produção, distribuição e comercialização de combustíveis e derivados;

V - distribuidoras de gás;

VI - oficinas mecânicas, borracharias, autopeças, concessionárias e revendedoras de veículos automotores de qualquer natureza, inclusive as de máquinas agrícolas e afins;

VII - restaurantes em pontos ou postos de paradas nas rodovias;

VIII - agências bancárias e similares;

IX - cadeia industrial de alimentos;

X - agrossilvipastoris e agroindustriais;

XI - relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados, tais como gestão, desenvolvimento, suporte e manutenção de *hardware*, *software*, hospedagem e conectividade;

XII - construção civil;

XIII - setores industriais, desde que relacionados à cadeia produtiva de serviços e produtos essenciais;

XIV - lavanderias;

XV - assistência veterinária e *pet shops*;

XVI - transporte e entrega de cargas em geral;

XVII - locação de veículos de qualquer natureza, inclusive a de máquinas agrícolas e afins;

XVIII - assistência técnica em máquinas, equipamentos, instalações, edificações e atividades correlatas, tais como a de eletricitista e bombeiro hidráulico;

XIX - controle de pragas e de desinfecção de ambientes;

XX - atendimento e atuação em emergências ambientais;

XXI - comércio atacadista e varejista de insumos para confecção de equipamentos de proteção individual – EPI, e clínico-hospitalares, tais como tecidos, artefatos de tecidos e aviação;

XXII - de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídicas;

XXIII - relacionados à contabilidade.

Parágrafo único. As atividades e serviços essenciais de que trata o

caput deverão seguir os protocolos sanitários previstos no Plano Minas Consciente e priorizar o funcionamento interno e a prestação dos serviços na modalidade remota e por entrega de produtos.

Art. 4º É permitida a realização de feiras de comercialização de alimentos, incluindo hortifrutigranjeiros, no Espaço Cultural, mediante a fiscalização da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, de modo a evitar aglomeração de pessoas e observar as regras sanitárias e epidemiológicas de enfrentamento da pandemia, vedado o consumo no local.

Art. 5º Fica permitida a realização de leilão agropecuário, condicionado ao número máximo de 30 (trinta) pessoas no evento, vedada a comercialização de alimentos e bebidas alcoólicas.

CAPÍTULO IV DAS PROIBIÇÕES E SUSPENSÕES

Art. 6º Ficam proibidos(as):

- I - o funcionamento das atividades socioeconômicas entre 20h e 5h, ressalvadas as relacionadas à saúde, à segurança e à assistência;
- II - a circulação de pessoas e veículos fora das hipóteses previstas no § 1º deste artigo;
- III - a circulação de pessoas sem o uso de máscara de proteção, em qualquer espaço público ou de uso coletivo, ainda que privado;
- IV - a circulação de pessoas com sintomas gripais, exceto para a realização ou acompanhamento de consultas ou realização de exames médico-hospitalares;
- V - a realização de visitas sociais e entre familiares, salvo em caso de assistência;
- VI - a realização de eventos e reuniões de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídas excursões e cursos presenciais;
- VII - a comercialização de bebidas alcoólicas de segunda à sexta-feira, após as 18h, e aos sábados, domingos e feriados.

§ 1º Será permitida a circulação de pessoas para:

- I - o acesso às atividades, serviços e bens essenciais;
- II - o comparecimento, próprio ou na condição de acompanhante, a consultas ou realização de exames médico-hospitalares, quando necessário;
- III - a realização ou comparecimento ao local de trabalho nas atividades e serviços considerados essenciais, nos termos deste Decreto.

§ 2º Na hipótese do § 1º, poderá ser exigida a apresentação de documento que comprove o vínculo profissional com a atividade essencial ou a necessidade do deslocamento.

Art. 7º Ficam suspensas as celebrações eucarísticas públicas, cultos, reuniões e eventos dos diversos segmentos religiosos, sejam em locais abertos ou fechados, com participação de fiéis.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 8º A fiscalização será intensificada, para garantir o cumprimento das disposições contidas neste Decreto, e será realizada diariamente, inclusive, no período noturno, finais de semana e feriados, mediante escala de revezamento.

Parágrafo único. A Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, exercerá as atividades de polícia ostensiva de preservação da ordem pública durante a vigência da Onda Roxa, por meio de medidas preventivas e mitigadoras para garantirem o cumprimento da Deliberação nº 130, de 03 de março de 2021, do Comitê Extraordinário COVID-19.

Art. 9º O descumprimento do disposto neste Decreto acarretará a responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação aplicável, especialmente a Lei Estadual nº 13.317/1999.

§ 1º O descumprimento das medidas de isolamento configura infração de medida sanitária preventiva, prevista no art. 268 do Código Penal, que tipifica a infringência de determinação do poder público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa.

§ 2º A medida administrativa restritiva de interdição em caso de descumprimento seguirá a seguinte graduação de dosimetria a cada reincidência, sequencialmente:

- I - interdição imediata e por mais 03 (três) dias de funcionamento, contados da constatação, do estabelecimento ou da atividade;
- II - interdição imediata e por mais 07 (sete) dias de funcionamento, contados da constatação, do estabelecimento ou da atividade; e
- III - interdição imediata e por mais 15 (quinze) dias de funcionamento, contados da constatação, do estabelecimento ou da atividade.

§ 3º No cumprimento da medida restritiva de interdição, o estabelecimento ou a atividade ficará plenamente impedido de funcionar, inclusive em trabalho interno, comércio eletrônico, *delivery* e retirada no balcão.

§ 4º As infrações sanitárias que também possam configurar ilícitos penais serão comunicadas à autoridade policial e ao Ministério Público.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 Todos os serviços, comércios, atividades ou empreendimentos descritos neste Decreto deverão observar, rigorosamente, todos os protocolos sanitários especificados no Programa Minas Consciente.

Art. 11 Revoga-se do Decreto nº 2396, de 05 de março de 2021.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 10 de março de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

FABIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE CREDENCIAMENTO - CREDENCIAMENTO – Nº 02/2021, PROCESSO 08/2021. Objeto: Refere-se à Processo de Seleção e Credenciamento de Empresas Especializadas, para Prestação de Serviços Médicos Solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, para atender as necessidades do Município de Monte Carmelo/MG. **Vigência:** Até 31/12/2021. **Partes:** Município de Monte Carmelo-MG. E: **Empresa Credenciada em 05/03/2021:** Giovana M. C. Oliveira Médica ME, CNPJ: 40.300.242/0001-15; Item 01: R\$ 84,60 valor/hora trabalhada; Contrato nº 16/2021. Itamar Alves da Silva Junior Consultório Médico ME, CNPJ: 19.028.876/0001-74; Item 01: R\$ 84,60 valor/hora trabalhada. Contrato nº 17/2021. Habilitação em: 05/03/2021. Ratificação em 05/03/2021. Data do Contrato: 05/03/2021. **Empresa Credenciada em 09/03/2021:** Avila Silveira Serviços Médicos Ltda ME, CNPJ: 40.167.602/0001-52; Item 01: R\$ 84,60 valor/hora trabalhada; Habilitação em: 09/03/2021. Contrato nº 18/2021. Ratificação em 09/03/2021. Data do Contrato: 09/03/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 11/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 17/2021. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo-MG, para o enfrentamento da COVID-19. Com reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro toma público o Resultado da Habilitação do Processo nº 17/2021, modalidade Pregão SRP nº 11/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Cirurgica Paranaíba – Eireli; Supermédica Distribuidora Hospitalar Eireli; TS Farma Distribuidora Eireli; Drogafonte Ltda; Loger Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Eireli; Soma/MG Produtos Hospitalares Ltda; DRM - Distribuidora Regional de Medicamentos Ltda; Acácia Comercio de Medicamentos Eireli. Data: 03/03/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 11/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 17/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 17/2021, modalidade Pregão SRP nº 11/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor das Empresas: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda; Cirurgica Paranaíba – Eireli; Supermédica Distribuidora Hospitalar Eireli; TS Farma Distribuidora Eireli; Drogafonte Ltda; Loger Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Eireli; Soma/MG Produtos Hospitalares Ltda; DRM - Distribuidora Regional de Medicamentos Ltda; Acácia Comercio de Medicamentos Eireli. Data: 03/03/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 11/2021, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 17/2021. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 70/2021: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda,

CNPJ: 44.734.671/0001-51; Valor: R\$ 1.317.851,70. Ata RP nº 71/2021: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, CNPJ: 67.729.178/0004-91; Valor: R\$ 52.080,00. Ata RP nº 72/2021: Cirúrgica Paranavaí – Eireli, CNPJ: 30.766.874/0001-15; Valor: R\$ 111.980,00. Ata RP nº 73/2021: Supermédica Distribuidora Hospitalar Eireli, CNPJ 06.065.614/0001-38; Valor: R\$ 525.900,00. Ata RP nº 74/2021: TS Farma Distribuidora Eireli, CNPJ: 21.189.554/0001-59; Valor: R\$ 294.500,00. Ata RP nº 75/2021: Drogafonte Ltda, CNPJ: 08.778.201/0001-26; Valor: R\$ 655.074,00. Ata RP nº 76/2021: Loger Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Eireli, CNPJ: 27.600.270/0001-90; Valor: R\$ 319.135,50. Ata RP nº 77/2021: Soma/MG Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ: 12.927.876/0001-67; Valor: R\$ 63.000,00. Ata nº 78/2021: DRM - Distribuidora Regional de Medicamentos Ltda, CNPJ: 26.760.171/0001-02; Valor: R\$ 110.072,50. Ata RP nº 79/2021: Acácia Comercio de Medicamentos Eireli, CNPJ: 03.945.035/0001-91; Valor: R\$ 91.800,00. **Valor Global:** R\$ 3.541.393,70. **Data:** 04/03/2021. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br